



SENADO FEDERAL
Ouvidoria do Senado
Coordenação de Relacionamento com o Cidadão

Ofício nº 017/2024/OUVIDSF/CORCID/SEALOS

Brasília, 25 de abril de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Manifestação recebida na Ouvidoria do Senado – **Autuação 2628716**

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência, em cumprimento as atribuições regimentais desta Ouvidoria, para encaminhar a **Moção de Apoio a PEC nº 10/2023**, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, que Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

"Favor encaminhar ao presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco, esse abaixo assinado pela não aprovação da PEC do quinquênio." (sic)

Agradecemos antecipadamente a atenção.

Respeitosamente,

Plínio Valério
Senador da República
Ouvidor-Geral do Senado Federal

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES SOBRE AS REFORMAS DA
GESTÃO PÚBLICA - CEGEP (abril 2024)

ABAIXO ASSINADO

NÃO À PEC DOS QUINQUÊNIOS

Nós abaixo assinados, especialistas em gestão pública, solicitamos aos senadores e deputados federais que não aprovem a PEC DOS QUINQUÊNIOS (PEC- 10).

A PEC-10 aumenta os salários de juízes, advogados públicos de todos os poderes, dos estados e distrito federal, ministros e conselheiros dos tribunais de contas, delegados da polícia federal, defensores públicos e dos membros do ministério público. O aumento proposto é de 5% do salário a ser pago a cada 5 anos de serviço até o limite de 35% da remuneração.

Fazemos essa solicitação em função das seguintes razões:

- 1- Essa proposta aponta na direção contrária ao que precisa ser feito na gestão pública que é pagar por desempenho e não por tempo de serviço.
- 2- Ela privilegia um grupo de agentes públicos que já detém os maiores salários do setor público ampliando assim as desigualdades remuneratórias na administração pública. Além disso, esses aumentos ficam fora do teto remuneratório do setor público.
- 3- Conforme informação disponível, a remuneração desses agentes será superior àquela oferecida pelo setor privado, para atividades equivalentes. Há que se considerar que os agentes discriminados na PEC, sendo estatutários, não correm riscos de demissão, ao contrário de seus pares no

mercado privado, o que representa um adicional implícito em seu pagamento.

- 4- Esse benefício vai provocar uma demanda dos servidores públicos de todos os níveis de governo para sua extensão com impacto de dezenas de bilhões de reais no orçamento de pessoal.
- 5- A PEC não aponta a fonte de financiamento desse benefício, afrontando a normativa legal existente na constituição que exige que propostas de aumento de despesa indiquem a fonte de financiamento.
- 6- O Ministério da Fazenda estima que o impacto orçamentário e financeiro dessa PEC pode chegar a R\$ 42 bilhões anuais.

E, por fim, a criação de privilégios remuneratórios para servidores públicos, no momento que o país se defronta com graves problemas de segurança pública, educação e saúde afeta negativamente a imagem dos agentes públicos, deslegitima o Estado e desestimula a coesão social.

ASSINAM;

Ricardo de Oliveira

Evelyn Levy

Joaquim Castro

Paulo César Medeiros